

O governo criminaliza a importação, produção e distribuição ilegais de produtos fitossanitários não autorizados e falsificados.

Автор(и): Растителна защита

Дата: 10.02.2021 Брой: 2/2021



O governo aprovou um Projeto de Lei que altera e complementa o Código Penal, prevendo pena de até 4 anos de prisão e multa de 2.000 a 4.000 reais para quem transportar produtos fitofarmacêuticos através da fronteira estatal, quando o ato não constituir um caso menor e for em violação do procedimento estabelecido.

O projeto de lei criminaliza a fabricação e distribuição de produtos fitofarmacêuticos não autorizados e falsificados. Está para ser examinado e votado na Assembleia Nacional.

Para um comentário sobre esta notícia, contactámos a Sra. Neli Yordanova, Diretora-Geral da Associação Búlgara da Indústria de Proteção de Culturas (ARIB), cujos membros incluem as representações búlgaras de empresas agroquímicas globais líderes.

"Esta é uma questão sobre a qual a ARIB alertou repetidamente as instituições na Bulgária e propusemos alterações específicas ao quadro regulamentar para modificar e complementar o atual Código Penal em vigor, no sentido de criminalizar a colocação no mercado e distribuição na República da Bulgária de PPPs não autorizados. Os produtos fitofarmacêuticos são uma ferramenta de gestão de risco na produção agrícola, destinada a alcançar um alto estado de saúde das culturas. O regime regulamentar europeu é altamente restritivo. O objetivo estratégico é o cumprimento das normas ambientais e de saúde. A criminalização da importação, fabrico e distribuição ilegais de produtos fitofarmacêuticos não autorizados para uso e falsificados é uma medida radical contra estes atos, uma contraposição aos crimes económicos que, além dos riscos para a saúde humana e o ambiente, estão associados à ocultação de rendimentos e impostos – fatores com um impacto extremamente negativo no negócio legítimo."

Esta iniciativa também é apoiada por outras organizações não-governamentais que estão familiarizadas com o problema crescente e a necessidade de tomar medidas reais contra pesticidas ilegais – a Associação Búlgara para a Proteção de Culturas (BARZ), Associações de Apicultores Búlgaros.

O Ministério da Agricultura, Alimentação e Florestas (MAFF), a Agência Búlgara de Segurança Alimentar (BFSA) e o Laboratório Central de Testes e Controlo Químico (CLCTC), responsáveis pela autorização, uso e controlo de produtos fitofarmacêuticos, apoiaram as medidas para introduzir mecanismos regulamentares na legislação nacional para superar o problema da colocação de PPPs não autorizados no mercado.

Indicativo do problema crescente são as quantidades de produtos ilegais confiscados – como resultado de inspeções realizadas no âmbito da operação internacional SILVER AXE V (coordenada pela Europol e pela OLAF), mais de 25 toneladas de PPPs ilegais foram apreendidas no nosso país no ano passado. "